

O MITO DO INSTINTO MATERNO: Um Olhar Psicanalítico Sobre a Maternidade na Contemporaneidade

Ana Lydia Costa Nahas

Graduanda em Psicologia,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Keidmi Gobi Galvão Leite

Graduanda em Psicologia,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Susie Donero

Especialista em Teoria Psicanalítica – UFMG;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Laiana Tiemi Kawashima

Graduada em Psicologia
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Juliana Fernanda de Barros

Graduada em Psicologia
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Janaina Soares Siculo

Graduada em Psicologia
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

RESUMO

Investiga a efetividade do instinto materno na época atual e realiza um levantamento histórico para tentar compreender se realmente a mulher nasceu para ser ou não mãe, já que a sociedade emprega essa função a mulher, buscando também analisar o conteúdo de acordo com o progresso ocorrido no decorrer dos anos e dos séculos, como por exemplo, a independência e a sexualidade da mulher, e como tais acontecimentos influenciam nas atuações e emoções femininas e principalmente em questões outrora tidas como tabu: o inato amor materno. O estudo realizou-se através de uma pesquisa com intuito de atualizar, de modo que se fez a revisão bibliográfica de livros publicados desde Freud, 1924, até publicações recentes, abrangendo também artigos de periódicos indexados nas bases de dados: Scielo, teses, livros, capítulos de livros e revistas eletrônicas. Com o propósito de esclarecer, revisar e trazer uma visão moderna sobre a teoria da sexualidade feminina e concepções sobre a maternidade, analisando o conhecimento e ideologia do presente momento social em que vivemos e explorando sobre a possibilidade de uma inexistência do instinto maternal, mostrando que nem toda mulher nasceu para ser mãe e que nem sempre ser mãe é um ato inato do sujeito, deixando claro que não busca refutar a existência do amor materno.

PALAVRAS-CHAVE: maternidade; maternagem; instinto materno; psicanálise; maternidade moderna.

1 INTRODUÇÃO

O estudo bibliográfico busca apresentar uma pesquisa sob uma visão psicanalítica a respeito do histórico da maternidade, mudanças de atuação materna e

paterna além de investigar e elucidar o possível mito do instinto materno, partindo do pressuposto de que a crença no “instinto materno” é uma visão romantizada a respeito da maternidade, portanto toda mulher possivelmente não nasce consciente de como agir ou pensar como mãe, mas adquire o desejo à maternidade, a partir do meio social em que está inserida.

É necessário compreender o papel importante da mãe por uma perspectiva histórica, mostrando as principais mudanças de atuações e demanda de acordo com as mudanças sociais, assim como também a autonomia alcançada e o poder de escolha, por exemplo, ser ou não mãe. Portanto, procuramos elucidar tal assunto, mostrando a maternidade nos últimos séculos, a atuação materna na época e sua mudança agora na contemporaneidade, mostrando através disso de como o amor visto como instinto pode ter sido na verdade, construído socialmente.

Será discutida uma questão de ordem até mesmo considerada sagrada, como afirma Elizabeth Badinter em seu polêmico livro *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Discutiremos sobre a maternidade, e tal revisão e exploração terá como objetivo explorar o que consistiu no passado o papel materno e o que se tem na atualidade, assim como a exploração do instinto materno.

2 OBJETIVOS

Tem como objetivo realizar e expor o estudo psicanalítico sobre a maternidade, apresentando a evolução histórica feminina para se compreender o histórico da maternagem e o instinto materno com intuito de esclarecer e atualizar o contexto psicanalítico, apresentando uma perspectiva moderna sobre a sexualidade feminina e o instinto materno, assim como também buscando elucidar a sua existência no âmbito social em que vivemos.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O artigo utilizou a metodologia de revisão bibliográfica tendo como palavras-chave para a pesquisa: “maternidade”, “instinto materno”, “maternagem na atualidade” e “psicanálise sobre a maternidade”, sendo realizadas entre as buscas entre fevereiro de 2018 até dias atuais.

Foram utilizados como meios de pesquisa livros publicados desde Freud,

1924, até publicações recentes, assim como artigos de periódicos indexados nas bases de dados: Scielo, teses, livros, capítulos de livros e revistas eletrônicas. Tendo como base de autores diversos da área psicanalítica e também historiadores entre outros nomes presentes na pesquisa.

4 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA MATERNAGEM

Analisaremos então, o início da história humana, portanto evidenciando as primeiras civilizações na pré-história, na qual se acredita que a sociedade pré-histórica vivia um período de igualdade, era uma época onde o imperialismo masculino não havia se instaurado e, portanto as mulheres colaboravam equitativamente nas descobertas e na provisão de alimentos para os grupos (ZERZAN, 2010).

A respeito do funcionamento dos relacionamentos, de acordo com Tota e Bastos (1998), na pré-história o ato sexual era visto como uma fonte de prazer, ou seja, apenas realizado para satisfação corporal, a procriação era consequência desse ato. Mas alguns milênios depois, o homem em sua forma geral, iniciou uma conjuntura de normas relacionadas a isso, fazendo, então, a criação de alguns tabus.

No Antigo Egito, especificamente no período do Reino Médio entre os anos 2040 a 1783 AEC (Antes da Era Cristã), as mulheres possuíam uma grande importância nas dinastias dos faraós e a permanência de uma mesma geração no poder, de acordo com Gadalla (2018, p. 37), “[...] se o faraó/líder não tivesse filhas, uma dinastia terminava”. Portanto, percebe-se que as mulheres ocupavam nesse momento histórico um significativo e influente poder, sendo consideradas as rainhas pelas crenças uma grande fonte de energia atuante em seu reino e que pelo casamento transferiam o direito ao trono (GADALLA, 2018).

Enquanto na Grécia antiga a mulher era considerada muito inferior ao homem e não só mentalmente como também fisicamente, sendo até mesmo comparada a inferioridade de um escravo. Para eles, mulheres era um objeto de pertence, passando do pai para o marido, sendo esse um casamento arranjado, e quando casada, passava a maior parte de sua vida dentro do quarto, saindo de casa apenas se houvesse companhia (ZIKAN, 2005).

Na obra “Econômico” do historiador Xenofonte, que viveu entre 430/425 AEC - 359/355 AEC aproximadamente, percebe-se o patriarcalismo acentuado já naquela antiga sociedade grega, na qual se determinava que a posição da mulher e sua função

era cuidar apenas dos assuntos voltados ao seu lar, tanto na provisão de alimentos até o cuidado dos escravos que adoecerem (TOTA; BASTOS, 1998).

Em suma, as mulheres, sejam pobres ou ricas, tinham a mesma funcionalidade pela perspectiva masculina, serviam como meros objetos que seus familiares homens trocavam entre si pelo casamento, visando os lucros e status, sendo escolhidas de acordo também com suas habilidades e conhecimentos domésticos. As moças que iam contra esse patriarcalismo e ao encontro de seus desejos e luxúria eram consideradas perversas, verdadeiras descendentes de Eva, em referência aos seus comportamentos “pecaminosos” (VICENTE, 2001).

No decorrer do século XIX, as mulheres só eram saudáveis e tidas como “normais” se não tivessem de desejo sexual e conseqüentemente nenhum tipo de prazer no ato. Era clara a posição de reprodutoras e também eram separadas em mulheres que serviam para a reprodução e as eróticas, que seriam amantes e prostitutas que não se enquadravam na posição de reprodução (ZIKAN, 2005).

Tratando-se de relação e estigma feminino, conclui-se que anteriormente ao século XVIII, o amor não é tratado como essencial e relevante para os relacionamentos, portanto os casamentos ocorriam por arranjos familiares, meros esquemas de junção de bens ou estabilidade e status social que eram os fatores mais importantes em vigência (BADINTER, 1985).

Até mesmo o romance excessivo entre marido e mulher era visto com maus olhos, na qual sendo como amantes e intimamente ligados era repudiado, casamento limitava-se a achar um parceiro de idade e classe sociais semelhantes, não se levava em conta a beleza, o objetivo era assinar um contrato e estabelecer família e, conseqüentemente, herdeiros de um legado (BADINTER, 1985).

Havia a pressão pelo fornecimento de herdeiros e então mulheres estéreis não eram propícias para manter um casamento. Quando engravidavam, os esposos não tinham obrigação ou se sentiam a vontade de acompanhar todo o processo gestacional, muitas vezes partindo em longas viagens. As esposas ficavam sozinhas e durante o parto enfrentavam o medo da morte, a sua própria e do bebê, já que nesses séculos passados a taxa de mortalidade era bem alta (CAEIRO, 2001).

Em seu livro “O segundo sexo”, Beauvoir (2009) disserta sobre essa idealização masculina e generalizada que institui sobre a mulher e a antiga incumbência e obrigação da concepção para garantir a descendência, antes das

revoluções e mudanças de pensamento, era nada mais que uma matriz, na qual o próprio termo que a denomina, fêmea, é ofensivo e diminuído.

Com o fim da guerra, as mulheres continuaram a trabalhar nas funções, muitas vezes, ocupadas por homens, e então com a instauração de um sistema capitalista e conseqüentemente gerando um grande avanço tecnológico nas infraestruturas do mercado de trabalho, fez com que as mulheres atuantes fossem passadas para exercerem funções em fábricas (PROBST, 2003).

De acordo com Probst (2003), as mulheres conseguiram uma conquista salarial marcantes, na qual se estabeleceu que não pudesse fazer distinção de sexo e, portanto, recebiam igualmente a homens do mesmo cargo, porém, e infelizmente o avanço também trouxe muitos abusos sobre a carga horária de seus serviços, e assim permaneceram essas explorações por muitos anos.

Paralelo aos avanços sociais e civis alcançados, encontra-se a maternidade e mais especificamente, a maternagem, que no decorrer dos séculos vem sido desempenhada de maneiras diferentes e até mesmo, frívolas. Estabelecemos desde já e assim como Badinter (1985), que acreditamos na existência do amor maternal, mas não que ele exista e se concretize em todas as mulheres que forem mães.

Badinter (1985, p. 17) acredita que “[...] qualquer pessoa que não a mãe pode maternar uma criança, [...] não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus deveres maternais”. Logo, acredita-se que o amor materno não seja um ato indubitável, universal e estritamente existente na maternidade, já que qualquer outro indivíduo que não seja a mãe pode realizar a maternagem. Além de que, os motivos do exercício podem ser pela moralidade social ou outros que a guiam.

Questiona-se o instinto maternal e conseqüentemente o supremo amor materno em virtude de que durante os séculos anteriores ao XVIII havia um alto número de abandono de bebês, demonstrando um copioso desinteresse pelos filhos e logo nos séculos adiantes, cria-se o ideal de mães superprotetoras, opondo-se totalmente as mães de séculos anteriores (BADINTER, 1985).

Acredita-se que tal amor foi um pressuposto construído ao longo do tempo e estabelecido como natureza da mulher e declarando-o como presente em todas as mulheres e crendo que em todas elas exista essa energia que necessite de um filho, a falsa crença que todas nasceram prontas para serem mães. A maternidade é confundida e interpretada erroneamente por não diferenciarem da maternagem, o ato

de cuidar, preservar, responsabilizar-se pelo resto da existência de outra vida (BADINTER, 1985).

O fato de a mulher não ser mais obrigatoriamente estimulada a ter filhos para perpetuação da linhagem e ao passo que o avanço dos métodos contraceptivos para ambas as partes, homens e mulheres, evoluiu nos últimos anos levou a uma mudança no destino fisiológico feminino, na qual a função reprodutora não acontece ao acaso ou por obrigação, mas sim pela vontade, desejo de ser mãe (BEAUVOIR, 2009).

Analisa-se, então, o pressuposto de que a maternagem é uma espécie de instinto existente em todas as mulheres independentes de sua cultura e posição social, tido como algo intrínseco pelo simples fato de terem o poder biológico de gerar filhos, um dom que seria exercido assim que houvesse a experiência da maternidade (TOURINHO, 2006).

Deve-se considerar que se tratando de sentimentos e sendo no caso analisado o amor, possuir a consciência que todo afeto e relação profunda são frágeis, hesitantes e indefinidas. São de todo modo complexas independente do grau afetivo, portanto, podem ou não existir em um contexto relacional e isso é assustador quando se trata do amor maternal (BADINTER, 1985).

A análise da perspectiva histórica dos avanços e mudanças da posição social da mulher no mundo serve para lembrar que apesar de muitas terem ou serem mães, possuem antes de assumirem tal papel e responsabilidade também a sua própria carga emocional com anseios, ambições e que independem e se distanciam de um esposo e filhos (BADINTER, 1985).

Nota-se como de acordo com o momento histórico da sociedade existem estigmas sobre cada ato, portanto a cada mudança social comportamentos outrora aceitáveis e estimulados tornam-se malvistas e duramente criticados, como o ato de entregar os bebês a amas para serem cuidados, portanto concorda-se que “Os valores de uma sociedade são por vezes tão imperiosos que têm um peso incalculável sobre os nossos desejos [...]” (BADINTER, 1985; p. 16).

5 PSICANÁLISE E A SEXUALIDADE FEMININA

Percebeu-se que não só a sexualidade feminina como também sua atuação profissional e desenvolvimento social foi, muitas das vezes, percebida como uma forma diminuída da sexualidade masculina, sendo considerada, como uma anatomia

negativa e errada, tendo até mesmo uma associação a algo mal, partindo do ponto de vista religioso (MURIBECA, 2010).

Na visão da psicanálise, há uma dicotomia entre a natureza e a razão sobre os pensamentos que Freud desenvolveu sobre a diferenciação do homem e da mulher. Para ele, o homem tem basicamente a função social e cultural, e a mulher em seu todo, tem a função da natureza, tendo em vista que sua função real de vida era apenas de procriação e cuidado. Ou seja, o homem tem seu papel como provedor social e cultural, dando segurança, dinheiro e a sobrevivência do dia a dia, enquanto a mulher ficaria com a parte de ser a procriadora de vida, ficando com a educação e criação das crianças e cuidado com casa e família (MURIBECA, 2010).

De acordo com a Psicanálise Freudiana a mulher se torna mulher porque lhe falta o falo, sendo isso então, o que realmente diferencia a mulher do homem, sugerindo que a feminilidade surja a partir da inveja do homem e de seu falo (VALLADÃO, 2004).

Durante o período pré-edipiano, a menina, tem como desejo central a mãe, tendo uma fantasia intensa e apaixonada com ela, porém logo esse sentimento se transfere ao pai, transferindo também a fantasia em relação a ele. Temos que o clitóris, em primeiro momento é a primeira zona genital, sendo ela comparada com o pênis dos meninos, quando ocorre a troca de desejo ao objeto, troca-se também a zona genital, que passa então a ser a vagina. Entretanto, esse órgão, é inexistente até a puberdade, sendo assim não causando nenhuma sensação para a menina (FREUD, 1931/1996).

Durante esse período, vimos que é um processo muito importante para a formação de vínculo com a mãe, entretanto a visão para o pai é de um rival e de um causador de problemas. O complexo de Édipo, na menina ocorre quando há uma castração, percebendo então a diferença fisiológica entre menina e menino, sendo então criada a inveja da falta do falo, onde por consequência dessa inveja, a menina culpa a mãe (FREUD, 1931/1936).

Percebemos então, que a menina entra no Complexo de Édipo quando percebe a diferença fisiológica entre homem e mulher e com isso, temos três alternativas de caminhos diferentes que elas podem seguir. O primeiro, é quando ela cresce totalmente insatisfeita com o clitóris, com isso abandona a atividade fálica, ou seja, abandona a sexualidade em geral. O segundo caminho é que a menina acredita,

independentemente da idade, que ainda ira conseguir o falo, tendo uma fantasia de ser um homem completo com pênis. E o último caminho, é quando a menina atinge a feminilidade total e tida como “normal”, onde o pai se torna o objeto de desejo, e ela então se forma na feminilidade total do complexo de Édipo (FREUD, 1931/1996).

Em 1905, Freud publica os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”; na época choca as pessoas, pois nesse texto ele traz que as crianças apresentam uma sexualidade autoerótica. Sabe-se que desde bebê, a criança traz consigo a busca automática do prazer, o que não quer dizer que seja o sexual, e sim de satisfação, por exemplo, enquanto mama, o bebê sente prazer de satisfação oral e por estar alimentado. É importante para o desenvolvimento da criança que haja essa procura e que tenha as descobertas, por isso com o passar da idade, a criança muda os focos de objeto e busca prazer utilizando qualquer parte do corpo pra conseguir esse prazer, tendo então, uma visão de sexo sem a necessidade de procriação, e sim pela busca de prazer corporal, através da pulsão sexual de cada indivíduo. Para ele as perversões não eram patologias ou sintomas anormais, e sim consequência da sexualidade humana e de sua busca pelo prazer (ALMEIDA, 2012).

No texto sobre os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” Freud, deixa lado a lado a sexualidade feminina e masculina, sempre num comparativo entre eles, primeiro pela anatomia, que o comparativo vem pelo clitóris feminino contra o falo masculino, pela pulsão, que se vem através da masturbação, tanto feminina quanto masculina, e por último a teoria infantil, ele cita que todo os seres humanos têm pênis, afirmando que o clitóris, em um primeiro momento, seria reconhecido pela menina como um pênis (ALMEIDA, 2012).

Só em 1924, com o texto “A dissolução do complexo de Édipo”, Freud aborda os diferentes caminhos que se seguem entre menino e menina no complexo de Édipo. Enquanto para o menino a dissolução do Complexo de Édipo ocorre no momento da castração, na menina, a castração a insere na Fase Edípica, pois ela acredita que a mãe não teria dado o falo a ela e passa a ter sentimentos de hostilidades com a genitora. Dessa forma, essa hostilidade com a mãe e sentimento de inferioridade pela falta do falo promoveriam uma aproximação da criança do sexo feminino ao pai como tentativa de suprir essa falta em si. De acordo com Freud, somente com o passar do tempo e da percepção de que esse desejo não irá se realizar, o complexo seria abandonado (ALMEIDA, 2012).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Badinter (1985) nos mostra que a falta de um amor imensurável e idolatrório pelos filhos é considerado como um grande pecado e até mesmo como um crime irreparável. O fato do não amar sua descendência rotula a mulher como monstro assim como tal atitude a destitui de sua feminilidade. Não procuramos através deste, desacreditar e menosprezar a existência do amor materno, mas sim trazer uma releitura que nos mostra que talvez não exista e nem desperte o tal amor imensurável em todas as mulheres.

Não há como generalizar tal aspecto baseando-se biologicamente, assim como Badinter (1985) exemplifica grandemente todo o contexto cultural e social que provocavam mudanças no modo de ser e agir das pessoas, conforme alegou: “Não se trata, porém de negar a existência do amor antes de determinada época, o que seria absurdo. Mas é preciso admitir que esse sentimento não tinha a posição nem a importância que hoje lhe são conferidas” (BADINTER, 1985; p. 50). Exploramos através deste uma perspectiva histórica, pontuando alguns dos pontos mais marcantes para a evolução e independência feminina e como consequência, constatando como os estigmas e as formas de maternagem se modificam conforme o tempo social e cultural em vigência.

Procuramos exemplificar a sexualidade feminina através de uma percepção psicanalítica, procurando através dessa óptica percorrer sobre as diferentes modificações biológicas e teóricas sobre, além de explorar o que concerne à sexualidade feminina e a maternagem. É notado e clarificado o quanto a formação da sexualidade e o modo como se concretiza podem ser essenciais e significantes na construção da personalidade, dos desejos que podem surgir no futuro quando a criança castrada estiver adulta e precisar tomar as decisões em suas vivências, como isso poderá afetar de forma ímpar a maternidade, assim como a maternagem, afetando suas pretensões, desejos e projeções, na qual influenciará na aspiração de exercer ou não a maternagem, bem como também, em quais circunstâncias e maneiras irá desempenhar o ato da maternidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. M. Feminilidade – caminho de subjetivação. *Estud. psicanal.* Belo Horizonte, n. 38, dez. 2012.

BADINTER, E. Um Amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo. 2 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CAEIRO, M. M. A mulher na família nos séculos XVI e XVII. In: PORTUGAL. Maria Clara Curado Santos. Câmara Municipal de Moita (Org.). A Mulher Na História: Actas Dos Colóquios Sobre A Temática Da Mulher (1999-2000). Moita: Câmara Municipal da Moita / Departamento de Ação Sociocultural, p. 191-202. 2001.

FREUD, S. (1931) Sexualidade feminina. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GADALLA, M. A cultura do Antigo Egito revelada. Greensboro: Fundação de Pesquisa Tehuti, 2018.

MURIBECA, M. M. M. Das origens da sexualidade feminina ao feminino nas origens da psicosexualidade humana. Estud. psicanal., Belo Horizonte, n. 33, p. 101-108, jul. 2010.

PROBST, E. R. A Evolução da mulher no mercado de trabalho. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 31 de Maio, 2018.

TOTA, A. P.; BASTOS, P. I. A. História Geral. Barueri: Nova Cultural, 1998.

TOURINHO, J. G. A mãe perfeita: idealização e realidade - Algumas reflexões sobre a maternidade. IGT na Rede, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 1-33, 2006.

VALLADÃO, V. L. S. Sexualidade Feminina. Rio de Janeiro, 2004.

VICENTE, M. A. B. A Mulher na Ruralidade Medieval. In: PORTUGAL. Maria Clara Curado Santos. Câmara Municipal de Moita (Org.). A Mulher Na História: Actas Dos Colóquios Sobre A Temática Da Mulher (1999-2000). Moita: Câmara Municipal da Moita / Departamento de Ação Sociocultural, 2001. p. 125-142.

ZERZAN, J. P. Patriarcado, Civilização e as Origens do Gênero. Gênero & Direito, Paraíba, v. 1, n. 2, p. 1-11, jul. 2010.

ZIKAN, I. S. O prazer sexual feminino na historia ocidental da sexualidade humana. 2005. 95 f. Monografia (Especialização) - Curso de Terapia de Família, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2005.